



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Styvenson, Eduardo Girão e Leila, que, emocionada, pediu serenidade

Senadores buscam respostas para massacre em escola

Reunidos ontem na Comissão de Direitos Humanos, senadores voltaram a lamentar o massacre de quarta-feira na escola em Suzano (SP) e tentaram buscar respostas para o ato. Styvenson Valentim questionou por que ninguém acompanhou o comportamento dos autores do massacre. Para ele, é importante que os pais acompanhem o desenvol-

vimento dos filhos. Leila Barros disse emocionada que é preciso serenidade para discutir a pauta do desarmamento e do combate à criminalidade.

Ontem a comissão também aprovou um projeto que muda o Código Penal para aumentar a punição para quem cometer estupro de menor com enfermidade ou deficiência mental. **3**

Propostas em pauta no Senado buscam proteger os consumidores

O Dia Mundial do Consumidor é comemorado hoje. No Brasil, os direitos são protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor, de 1990, e o Congresso Nacional analisa propostas para ampliá-los

No Senado, vários projetos voltados ao consumidor estão sendo analisados nas comissões e alguns estão prontos para a pauta do Plenário. Venda de medicamentos, informações sobre direitos, propaganda enganosa, oferta de planos de saúde, conserto de celulares, juros de cartões de crédito e proteção contra a inclusão em cadastros de inadimplentes são alguns dos temas das propostas.

No Senado, o colegiado responsável pelo tema é a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa

do Consumidor. O presidente da comissão, senador Rodrigo Cunha, foi superintendente do Procon de Alagoas e diz que muitos consumidores não conhecem seus direitos, por isso, o maior desafio do setor ainda é o acesso à informação. Ainda assim, segundo ele, uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas demonstrou que 60% das pessoas que conhecem seu direito e sabem que ele foi violado não reclamam. Para o senador, quando o consumidor deixa passar um desrespeito, muitas vezes estimula o mau comportamento das empresas. **3**

Roque de Sá/Agência Senado



Presidido por Telmário Mota, o colegiado deve funcionar por um ano

Subcomissão da Venezuela terá Telmário Mota como presidente

O senador Telmário Mota foi eleito presidente da subcomissão da Comissão de Relações Exteriores que acompanhará a crise na Venezuela. O vice-presidente é Marcio Bittar.

Também ontem, a comissão aprovou requerimento para a realização de uma audiência para debater os empréstimos feitos pelo Brasil à Venezuela entre 2003 e 2016. A data ainda não foi definida.

O presidente do colegiado, Nelsinho Trad, anunciou que foi convidado a integrar a comitiva do presidente Jair Bolsonaro em viagem oficial aos Estados Unidos. **4**

Vítimas de barragens querem ser ouvidas pelas mineradoras

Trabalhadores de mineradoras, pessoas que moram perto de barragens e outros atingidos pelos efeitos da construção e pelos riscos de rompimento desses empreendimentos cobraram a participação efetiva da sociedade civil e das comunidades locais em processos decisivos que envolvam

resíduos de mineração. Participantes de audiência sobre o tema na Comissão de Meio Ambiente reclamaram do descaso das empresas com as pessoas que têm suas vidas afetadas pela ação das mineradoras e com a prevenção de acidentes como o que ocorreu em Brumadinho (MG). **2**

Indicação para embaixada no Paquistão passa em colegiado

O diplomata Olyntho Vieira foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores para assumir a embaixada do Brasil no Paquistão. Em sabatina, ele ressaltou o potencial energético do país asiático. **4**

Comissão da reforma da Previdência se reúne na terça

A comissão para acompanhar os debates sobre a reforma da Previdência será presidida por Otto Alencar e terá como relator Tasso Jereissati. O ato de criação do colegiado foi assinado ontem por Davi Alcolumbre. **2**

Papel da *Folha de S.Paulo* é ressaltado em homenagem

Pluralismo, imparcialidade e postura ética. Esses foram algumas das características da *Folha de S.Paulo* destacadas pelos senadores e con-

vidados da sessão especial que celebrou ontem, no Plenário, os 98 anos da publicação. Também foi lembrado o papel do jornal em ocasiões como a

promulgação da Constituição de 1988. O evento também homenageou o diretor de redação Otavio Frias Filho, que morreu no ano passado. **2**



Luiz Viana, Gilmar Mendes, Rodrigo Maia, Antonio Anastasia, Kátia Abreu, Paco Britto e Maria Cristina Frias durante a sessão especial no Plenário

Camilo Miguez/Agência Senado

Atingidos por barragens pedem atenção de empresas

Participantes de audiência disseram que mineradoras não ouvem os trabalhadores e os moradores de áreas próximas, nem os informam sobre riscos e planos de evacuação e de prevenção de acidentes

MEMBROS DO MOVIMENTO dos Atingidos por Barragens (MAB) e especialistas cobraram a participação efetiva da sociedade civil e das comunidades locais em processos decisivos que envolvam mineradoras. Eles foram ouvidos ontem em audiência na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Segundo os debatedores, as vítimas da mineração, as famílias que têm suas vidas afetadas pela construção de barragens e os trabalhadores das empresas precisam ser consultados e informados sobre os riscos e a prevenção de acidentes.

Autor do pedido da audiência pelo Dia Internacional da Luta contra as Barragens, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) afirmou que barragens de rejeitos de mineração do tipo “de altea-

mento a montante” devem ser extintas ou descaracterizadas, o que está previsto para ocorrer até 2021, pela Resolução 4/2019, da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Para o representante do MAB no Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Leandro Scalabrin, se a participação de funcionários e da população fosse efetiva em Brumadinho (MG), a tragédia com o rompimento da barragem da Vale que deixou mais de 200 mortos em janeiro poderia ter sido menos grave.

— Se a Cipa [comissão interna de prevenção de acidentes] de Brumadinho tivesse participação efetiva, jamais o escritório e o refeitório estariam onde estavam, abaixo da barragem.

Para o defensor nacional de

Direitos Humanos, Eduardo de Queiroz, é preciso garantir que quem vive em área de risco saiba os possíveis impactos de um rompimento e como proceder caso ocorra. Segundo a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, as administradoras de barragens ignoram as comunidades locais e não prestam contas.

Representante do MAB, Iury Paulino lamentou o permanente temor de quem vive próximo a barragens, sobretudo depois da tragédia em Brumadinho, pouco mais de três anos da ocorrida em Mariana (MG). Ele também relatou dificuldades das vítimas para receber indenizações e assistência.

— O atingido é considerado como custo. Não somos gente para as empresas — lamentou.

O diretor-geral da ANM, Victor Bicca, reforçou que os planos de prevenção de acidentes são encaminhados pelas empresas para as prefeituras e para os órgãos de defesa civil. Para o representante do Ministério do Desenvolvimento Regional, Rafael Silveira, não adianta a empresa apresentar um plano perfeito se não for efetivamente aplicado.



Jonas Pereira/Agência Senado

Acompanhado do secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira (D), o ministro do TCU Raimundo Carreiro conheceu as inovações do Plenário e as novas instalações da Secretaria-Geral da Mesa, que comandou de 1995 a 2007, quando se aposentou.

Davi institui comissão especial para acompanhar Previdência

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, informou que a comissão especial responsável para acompanhar a reforma da Previdência (PEC 6/2019) deve se reunir pela primeira vez na terça-feira. O ato de criação da comissão foi assinado ontem.

Os nomes dos nove integrantes do colegiado foram indicados pelos líderes partidários. O presidente será Otto Alencar (PSD-BA) e o relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Davi lembrou que a proposta sobre aposentadorias dos militares só será analisada após a votação da reforma previdenciária.

— O governo já se comprometeu a entregar o projeto de lei dos militares até 20 de

março. Acho que amanhã [hoje] ou no máximo segunda-feira essa matéria chega. Uma coisa posso assegurar: há entendimento de que a proposta dos militares vai caminhar junto com a reforma, mas só será votada depois. Esse é um compromisso com os militares e volto a externar isso publicamente.

Davi enfatizou a importância de aprovar a reforma. Segundo ele, a sociedade já compreendeu que se trata de combater privilégios e diminuir as desigualdades:

— Quando escuto os senadores, há o sentimento de que precisamos votar essa matéria ouvindo a sociedade e com a oportunidade de fazer ajustes para melhorar o projeto.



Jean Paul Prates (C) coordena debate sobre segurança de barragens

Homenagem destaca papel da Folha de S. Paulo

O Senado realizou ontem uma sessão de homenagem ao jornalista Otavio Frias Filho (1957-2018) e ao jornal *Folha de S. Paulo*, que completa 98 anos. Senadores e convidados comentaram a postura do jornal ao longo das últimas décadas.

Eduardo Braga (MDB-AM) afirmou que o periódico se guia por apartidarismo, pluralismo e crítica fundamentada, e por isso é a principal referência de jornal impresso do Brasil.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) disse que a Folha teve papel fundamental na pro-

mulgação da Constituição de 1988, nas primeiras eleições presidenciais, no impeachment de Fernando Collor, na instalação do Plano Real, e nos governos de FHC, Lula, Dilma e Temer.

O trabalho da Folha no impeachment de Collor foi lembrado por Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que, na época, fazia parte do movimento estudantil. Jornalista por formação, Eliziane Gama (PPS-MA) destacou o protagonismo de Frias para revolucionar o jornal.

— Foi o veículo que mais se notabilizou na transição do

Brasil do regime militar para o democrático.

Ex-jornalista da *Folha*, Jorge Kajuru (PSB-GO) também elogiou o jornal.

— Foi o único jornal brasileiro que deu espaço para perseguidos políticos e intelectuais falarem.

Autora do requerimento de realização da homenagem, Kátia Abreu (PDT-TO) contou como conheceu e foi amiga de Otavio Frias por mais de uma década.

— Não conheci alguém mais culto e mais civilizado, sempre disposto a discutir saídas para o Brasil.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 17h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado analisa projetos voltados ao consumidor

Propostas sobre informações, planos de saúde, venda de medicamentos e cadastros de proteção ao crédito tramitam na Casa. Hoje é comemorado o Dia do Consumidor

O DIA DO Consumidor é celebrado hoje. No Senado, projetos sobre o tema estão sendo analisados nas comissões ou prontos para a pauta do Plenário. Endividamento, venda de medicamentos, planos de saúde e proteção contra a inclusão em cadastros são alguns dos temas das propostas. No Senado, o colegiado responsável pelo tema é a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

O presidente da CTFC, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), foi superintendente do Procon de Alagoas e diz conhecer de perto as dificuldades dos consumidores. Um dos projetos na comissão facilita o acesso à informação. O PL 905/2019, de Ciro Nogueira (PP-PI), obriga empresas de comércio on-line a manter link para a versão oficial do Código de Defesa do Consumidor e para o aplicativo de solução de conflitos do Ministério da Justiça.

Outra preocupação da CTFC, segundo o presidente, é a proteção dos dados dos consumidores, presente em textos



Rodrigo Pacheco é vice e Rodrigo Cunha é presidente da comissão responsável pela defesa do consumidor

como o PLS 25/2018, que torna obrigatória a notificação com antecedência mínima de 15 dias para a inclusão do consumidor em bancos de dados e cadastros, e o PLS 33/2017, que criminaliza o cadastramento do consumidor sem sua autorização expressa em programa promocional de financeira.

Também em análise na Casa estão dois projetos que resultaram da CPI dos Cartões de Crédito que, em 2018, investigou os juros extorsivos cobrados pelas

operadoras. Um dos textos, o PLS 353/2018, pronto para a pauta do Plenário, impõe a fornecedores e instituições financeiras a divulgação de advertência para prevenção do endividamento. O outro texto apresentado pela CPI, o PLS 354/2018, em análise na CTFC, considera publicidade enganosa qualquer forma de propaganda que utilize expressões como “parcelamento sem juros”, “sem acréscimos”, “taxa zero”, “gratuito” e semelhantes.

Outros projetos estão prontos para a votação em Plenário. Um deles é o PLC 142/2015, da deputada Lauriete (PR-ES). O texto garante ao consumidor o direito de receber outro celular enquanto seu aparelho, dentro do prazo de garantia, estiver na assistência técnica para conserto. Também estão prontos para a pauta o PLC 30/2017, que trata como abusiva a publicidade discriminatória de qualquer natureza ou que induza consumidores a erro,

e o PLC 131/2015, que dá aos usuários de TV por assinatura o direito de cancelar os contratos por telefone ou via internet.

Os direitos dos consumidores na área de saúde são tema de projetos como o PLS 286/2017, que estabelece que será fornecido ao consumidor, ao final da internação hospitalar, extrato detalhado dos valores dos procedimentos realizados. O projeto, do ex-senador Gladson Cameli, está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Outro texto (PLS 98/2017), de Rose de Freitas (Pode-ES), torna obrigatória a venda fracionada de remédios. O PLS 47/2018 define como prática abusiva condicionar a concessão de descontos em medicamentos a cadastramento prévio. O PLS 510/2017 determina a exibição em rótulos e embalagens de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas e o PLS 153/2017 obriga operadoras de planos privados de saúde a oferecerem planos individuais.

Conheça as propostas em análise: <http://bit.ly/tabelaConsumidor>

Colegiado aprova aumento de punição para estupro de menor com deficiência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem um projeto que muda o Código Penal para aumentar a punição para quem cometer estupro de menor com enfermidade ou deficiência mental. Relatado pelo senador Styvenson Valentim (Pode-RN), o PLS 504/2018 teve origem na CPI dos Maus-Tratos, de 2017.

Segundo a proposta, a pena de reclusão de 8 a 15 anos, já imposta a quem praticar sexo ou outro ato libidinoso com menores de 14 anos, será aumentada em um terço se a vítima estiver doente ou for portadora de deficiência intelectual.

A proposta será analisada

pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Ontem também, a CDH aprovou uma sugestão legislativa apresentada pelo cidadão Rafael Zucco, por meio do Portal e-Cidadania, para acabar com a aposentadoria especial de governadores e presidentes, bem como para aqueles que detêm ou já assumiram cargos eletivos. A proposta (SUG 43/2017) será transformada em uma PEC e começará a tramitar no próprio colegiado.

Relator da proposta, Lasier Martins (Pode-RS) disse que é correta a intenção de que os políticos não possuam nenhum tipo de regime diferenciado.

— Faz-se necessário alterar a Carta Magna para deixar claro

que, em todos os Poderes e em todos os níveis da Federação, não podem existir regimes especiais de Previdência para os políticos.

Outra proposta aprovada

determina a realização de audiência, ainda sem data marcada, para discutir a situação dos professores na Reforma da Previdência. O requerimento, de Leila Barros (PSB-DF), prevê a

participação de representantes da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), entre outros.

Senadores: massacre em escola preocupa

Na reunião de ontem da CDH, senadores voltaram a lamentar o massacre na escola de Suzano (SP), ocorrido na quarta-feira, que deixou 10 mortos e 11 feridos em estado grave.

Styvenson Valentim (Pode-RN) afirmou que é importante a participação dos pais no processo educativo dos

filhos. E questionou por que ninguém se preocupou em acompanhar, por exemplo, o comportamento de um dos autores do massacre, o jovem Guilherme Tauci Monteiro, de 17 anos, que se suicidou após o tiroteio.

Emocionada, Leila Barros (PSB-DF) disse que a classe política deve ter serenidade e

responsabilidade ao encarar a pauta do desarmamento e do combate à criminalidade. Ela manifestou preocupação com o aumento da violência, que tem afetado principalmente os jovens.

— Não é com arma, não é com ódio, nem com polarização que vamos mudar este país — afirmou.

A escola está vulnerável à violência, diz Confúcio

Confúcio Moura (MDB-RO) disse que a escola é o equipamento público social mais importante de um bairro, mas ao longo dos últimos anos, perdeu o respeito e ficou vulnerável à violência.

— As escolas foram subindo muros cada vez mais altos, em grande parte, parecem mais cadeias. Então, passou a ser um ambiente de medo. A violência contra os professores, a falta de respeito e a falta de disciplina interna, na sala de aula, além do tráfico, da bandidagem, tudo isso vem prejudicando muito o equilíbrio das escolas brasileiras.



Genildo Magela/Agência Senado

Para Paulo Rocha, armar a população não é a saída

Paulo Rocha (PT-PA) criticou o aumento da violência no país e disse que as eleições de outubro levaram o Brasil a uma polarização carregada de ódio. O senador defendeu a união dos Poderes para enfrentar o problema e disse que a saída não está no armamento da população.

— É responsabilidade de todo mundo, principalmente de quem está comandando o nosso país. Não é possível que tenhamos, a partir do Palácio do Planalto, um incentivo ao armamento como solução.



Genildo Magela/Agência Senado

Precisamos priorizar a educação, afirma Kajuru

Jorge Kajuru (PSB-GO) cobrou prioridade para a educação ao apresentar, no Plenário, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que indicam o atraso no cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Das 20 metas definidas no plano, informou, apenas uma estaria sendo cumprida. Para o senador, além do baixo investimento, a má gestão dos recursos públicos tem inviabilizado melhorias no ensino público.



Genildo Magela/Agência Senado

Izalci defende anistia de multas a contadores

Izalci Lucas (PSDB-DF) defendeu anistia aos contadores e empresas pelo atraso no pagamento da Guia de Recolhimento do FGTS e na entrega de informações à Previdência Social, entre 2009 e 2013. O senador informou que a votação do PLC 96/2018, que tem esse objetivo, estava prevista para a quarta-feira, mas o governo pediu mais tempo para a análise do texto.

— Há escritórios hoje com multas de R\$ 1 milhão, R\$ 2 milhões, R\$ 3 milhões e os contadores não têm nem como cobrar das empresas.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Olyntho Vieira, Nelsinho Trad, presidente da comissão, e Marcos do Val, vice: Paquistão tem potencial energético

Indicação de embaixador no Paquistão vai a Plenário

Em sabatina na Comissão de Relações Exteriores, o embaixador Olyntho Vieira afirmou que o Brasil pode firmar parceria com o país asiático para explorar as grandes reservas de carvão da região

O PAQUISTÃO TEM gigantes reservas de carvão inexploradas, que, se transformadas em energia, equivalem a 50 bilhões de barris de petróleo. A informação foi dada pelo diplomata Olyntho Vieira em sabatina ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), quando foi aprovado para embaixador do Brasil naquele país.

A indicação segue agora para Plenário. Em caso de aprovação, ele acumulará a chefia da representação diplomática brasileira também no Tadjiquistão e no Afeganistão.

— Podemos explorar esta riqueza em conjunto com o Paquistão. O potencial energético deles é superior ao que se conhece hoje de Arábia Saudita e Venezuela somados — afirmou o embaixador.

Segundo ele, o Paquistão vem fortalecendo laços com a China. Esse processo, disse Vieira, tem relação com as disputas entre Paquistão e Índia pelo controle da região da Caxemira, na fronteira com a China, que é alvo de conflitos

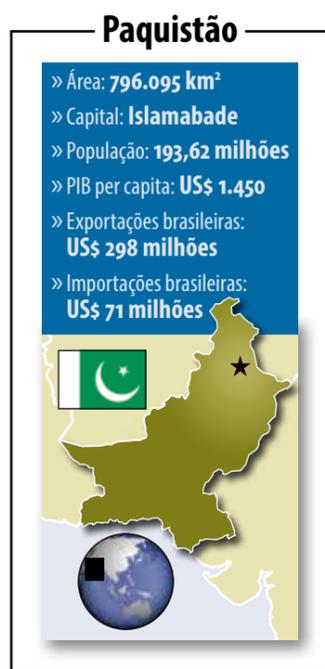
desde 1947. Uma das razões para essa aproximação é a nova Rota da Seda, estratégia geopolítica do governo chinês de telecomunicações e transportes que envolve países da Ásia, África, Europa e, agora, do Pacífico, explicou Vieira.

— Depois que os EUA se afastaram do Paquistão, o espaço diplomático e militar acabou sendo ocupado pela China, de forma até mais intensa devido à vizinhança entre os dois países. Mas além de tudo a Caxemira é estratégica para o Paquistão, pois vem de lá boa parte da água que abastece o país.

O maior desafio para os paquistaneses, de acordo com Vieira, é a segurança hídrica, pois estima-se que, em 2050, a nação não terá mais condições de suprir suas necessidades de água potável. Nesse contexto, ele garante que o governo do Paquistão deseja ter as melhores relações diplomáticas possíveis com a Índia, a despeito das divergências, já que a Índia possui grandes mananciais de água.

Vieira lembrou que o Paquistão, assim como outros países islâmicos, enfrenta os desafios da globalização.

— A sociedade paquistanesa é muito forte. Há um confronto permanente entre a modernidade social e o conservadorismo islâmico. Existe uma dificuldade com o processo de ocidentalização.



Wellington: concessão de aeroportos vai modernizar o setor

As concessões públicas de aeroportos são necessárias para que haja modernização do setor, afirmou ontem Wellington Fagundes (PR-MT). O senador elogiou o leilão de 12 aeroportos, que acontece hoje.

— Eu sei que o governo não tem capacidade, sozinho, de fazer esse investimento. Por isso, eu falo que teremos muitas empresas interessadas nos aeroportos do Centro-Oeste e do Nordeste.

Para ele, a concessão terá reflexo no desenvolvimento e na geração de emprego e renda das regiões.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Plínio Valério sugere exploração das reservas na Amazônia

Plínio Valério (PSDB-AM) pediu mais investimentos para explorar racionalmente os recursos naturais da Amazônia. O senador citou como exemplo uma reserva de nióbio localizada na região de Seis Lagos, no Alto Rio Negro, que detém 97% da reserva de nióbio do mundo, mas não pode ser explorada porque está em área de proteção e em território indígena.

— A Amazônia não pode ser tão intocável assim. A Amazônia, hoje, só de áreas demarcadas, de áreas preservadas, equivale a duas vezes o tamanho da Alemanha.



Roque de Sá/Agência Senado

Igualdade salarial para mulheres deve ser prioridade, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) pediu que os deputados aprove o projeto que estabelece multa a empresas que praticam discriminação salarial entre homens e mulheres (PLS 88/2015). A proposta integra a pauta da bancada feminina e, por isso, foi votada em regime de urgência no Senado na quarta-feira. O senador, no entanto, lamentou que o PLC 130/2011, que tramita com texto muito semelhante, não tenha entrado na pauta, uma vez que a análise já estava adiantada e, caso fosse aprovado pelo Senado já poderia ser sancionado pelo presidente.



Genivaldo Magalhães/Agência Senado

Humberto defende revogação de decreto sobre posse de armas

Humberto Costa (PT-PE) pediu a revogação do decreto de Jair Bolsonaro, que facilita a posse de armas de fogo. O texto permite aos cidadãos residentes em área urbana ou rural manter arma de fogo em casa, desde que cumpridos os requisitos definidos pela Polícia Federal.

— A opinião pública já deixou claro que não concorda com a liberalização e devemos nos debruçar menos em factoides, como decretos e pacotes anticrime, e mais em ações que ofereçam soluções efetivas no combate a essa chaga que ceifa tantas vidas.



Genivaldo Magalhães/Agência Senado

Alvaro pede novos critérios para aplicar Convenção de Haia

Alvaro Dias (Pode-PR) defendeu que o Brasil aprimore os critérios para aplicação da Convenção de Haia sobre sequestro internacional de crianças. Ele relatou o drama da psicóloga Valéria Ghisi Silveira, que teve filha retirada do Brasil e enviada à França, terra natal do pai, em 2016. Segundo ele, houve falha da Advocacia-Geral da União, já que a mãe sofria violência doméstica registrada na polícia e em processos na França.

— Fortes evidências levam ao entendimento de que não seria uma situação de aplicação da convenção.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Telmário é eleito presidente de subcomissão para Venezuela

Telmário Mota (Pros-RR) foi eleito ontem presidente da subcomissão que acompanhará a crise na Venezuela, ligada à Comissão de Relações Exteriores (CRE).

A previsão é que a subcomissão funcione por um ano. O vice-presidente é Marcio Bittar (MDB-AC). Os outros integrantes são Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), Carlos Viana (PSD-MG), Marcos do Val (PPS-ES) e Chico Rodrigues (DEM-RR).

A diplomata María Teresa Belandria, que representa no Brasil o presidente da Assembleia Nacional e presidente encarregado da Venezuela, Juan Guaidó, acompanhou a reunião. Telmário informou que pretende fazer reuniões de trabalho com ela.

A CRE ainda aprovou a realização de uma audiência, a pedido de Soraya Thronicke (PSL-MS), para tratar dos empréstimos feitos pelo Brasil para a Venezuela entre 2003 e 2016. Serão convidados para participar da audiência o presidente do BNDES, Joaquim Levy, e o presidente do TCU, José Múcio Monteiro. A data ainda será definida.

Durante a reunião, o presidente da comissão, Nelsinho Trad (PSD-MS), informou que integrará a comitiva do presidente Jair Bolsonaro em viagem oficial aos Estados Unidos, a partir de domingo.

— Fui honrosamente convidado pela Presidência da República — afirmou.

Importância da imigração italiana é ressaltada em sessão

Em sessão comemorativa dos 145 anos da imigração italiana no Brasil, realizada ontem em Plenário, a presença dos imigrantes foi classificada como “fulgurante e fundamental para o desenvolvimento do país” por Antonio Anastasia (PSDB-MG), que presidiu a sessão.

— Somos hoje dezenas de milhões de descendentes de italianos, espalhados nos 27 estados. Não há uma só ação, na culinária, na cultura, no cinema, na indústria, no comércio, onde não haja a presença italiana extremamente firme e forte — disse.

O embaixador da Itália, Antonio Bernardini, lembrou a contribuição do Brasil na defesa da democracia na Itália, com ênfase para a atu-

ação da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial.

Também descendente de italianos, José Serra (PSDB-SP) lembrou que o país o socorreu duas vezes nas perseguições durante o regime militar: uma quando teve que fugir do Brasil, em 1964, e outra no Chile, quando Augusto Pinochet assumiu o poder, em 1973.

— Fui para a Itália com toda a minha família. Isso me fez mais italiano ainda — disse.

Também na sessão, Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ofereceu-se para consolidar os laços de união e respeito com a Itália, e Esperidião Amin (PP-SC) destacou a importância dos italianos para o desenvolvimento de Santa Catarina.